

NOTAS E DADOS SOBRE A POBREZA

FERNANDO DIOGO

Diogo, F. (2011), Notas e dados sobre a pobreza nos Açores. *Boletim do Núcleo Cultural da Horta*, 20: 79-88.

Sumário: Neste artigo procura-se demonstrar três coisas, primeiro, que a pobreza é um problema social central na sociedade açoriana. Segundo que não deriva do desemprego, sendo que muitos destes pobres são pobres trabalhadores. Terceiro que a sua distribuição por ilhas é muito desigual. Em ordem a analisarmos estes último aspecto recorreremos aos dados do RSI. Contudo, começaremos por apresentar algumas reflexões de enquadramento em relação à problemática da pobreza, designadamente no que se refere à necessidade de desconstruir e reconstruir a noção.

Diogo, F. (2011), Notes and Data about Poverty in the Azores. *Boletim do Núcleo Cultural da Horta*, 20: 79-88.

Summary: This paper seeks to demonstrate three things, first, that poverty is a social problem that is central in the Azorean society. Second, that isn't significantly dependent on unemployment, many of those in poverty are working poor. Third, that its distribution by islands is very uneven. In order to analyze the latter the RSI data are used. However, we will start by offering some thoughts about the question of poverty, in particular about the need to deconstruct and reconstruct the concept.

Fernando Diogo – Sociólogo, professor da Universidade dos Açores e investigador do Centro de Estudos Sociais CES-UAC. fdiogo@uac.pt <http://www.fdiogo.uac.pt/>

Palavras-chave: Pobreza, emprego, RSI, Ilhas.

Key-words: Poverty, Employment, RSI, Islands.

DIFICULDADES DE UTILIZAÇÃO CIENTÍFICA DO CONCEITO DE POBREZA

Considerando que a pobreza é um processo social de grande antiguidade¹ seria de esperar que a sua definição fosse fácil e clara. Nada mais afastado da realidade. Desde logo, é a sua antiguidade que a torna difícil de definir. Ao longo do tempo, a sua configuração tem vindo a modificar-se, obrigando a intensos debates sobre as suas características. Por outro lado, a pobreza é um conceito de uso comum, uma categoria de percepção usada pelos indivíduos no dia-a-dia, tornando-se necessário fundar um conceito científico de pobreza, criticando as visões de senso comum.

Não basta, contudo, realizar a ruptura epistemológica, no sentido de desconstruir as noções de senso comum, construindo outras com uma maior capacidade heurística sobre a realidade. As categorizações do senso comum, pelo menos no que respeita às ciências sociais, são parte importante da realidade social que se procura compreender (OGIEN, 1983: 18 e ss e THOMAS, 1928, cit. BÜHLER-NIEDERBERGER, 2010a: 156). Quando

os cientistas sociais, ou os políticos, escolhem uma definição de pobreza, não estão apenas a usar uma ferramenta para analisar e compreender a realidade, mas a produzir a realidade, porque estão a introduzir uma categoria de análise concorrente com as categorias de percepção usadas no dia-a-dia. De certa forma, o estudo do fenómeno contribui para produzir a realidade que é estudada², algo que se designa por efeito performativo.

Quer dizer, a pobreza tem uma realidade substantiva que, em grande parte, lhe é dada precisamente pelo seu uso corrente e, com grande importância dado o seu peso, pela institucionalização do conceito através do seu uso político no Estado, através das políticas públicas. Por exemplo, a escolha de um patamar de 60% do rendimento mediano por adulto equivalente para limiar da pobreza é totalmente arbitrária, não havendo qualquer justificação teórica para a escolha deste recorte (D'AGOSTINO & DUVERT, 2008: 15), contudo é quase sempre com base nesta definição que

¹ No neolítico, à medida que a agricultura e a sedentarização foram criando mais riquezas, permitiram a sua desigual distribuição e apropriação. Por esse motivo, Jared Diamond (1992: 180 e ss), chama à agricultura uma bênção mista. Para além do exacerbamento das desigualdades sociais, o autor

aponta um declínio dramático nas condições de saúde das populações, como consequência da introdução da agricultura.

² Cf. os argumentos apresentados por Accardo (1991) acerca do papel da sociologia marxista na construção das classes sociais na nossa sociedade.

se fala da pobreza nas instituições da União Europeia e nos países que a constituem. Esta definição é tanto mais limitativa quanto a pobreza, bem como a exclusão social, não se resumem à questão monetária, podendo, com propriedade, ser consideradas processos multidimensionais. Além disso, falar de pobreza é, à partida, assumir um conceito que colo-

ca o ónus da desigualdade social nos indivíduos que se encontram do lado mais fraco da corda. Quer dizer, este conceito acaba por ocultar o facto das desigualdades sociais se iniciarem e perpetuarem através de processos sociais que, em boa parte, escapam ao controlo dos indivíduos que por eles são afectados.

1. A CENTRALIDADE DO PROBLEMA DA POBREZA NOS AÇORES

Tendo em consideração as limitações dos indicadores de pobreza disponíveis acima mencionadas, estes não podem deixar de ser utilizados, dado que são os únicos existentes, outros indicadores terão que ser suscitados em estudos individuais. Além disso, permitem uma primeira aproximação à pobreza, às suas características e volume. A grande consequência a retirar da sua análise é a utilização crítica dos conceitos criticados. Isto é, uma utilização que, tendo em consideração as limitações dos conceitos mais usuais, procure outro tipo de indicadores para complementar e aprofundar a análise da pobreza. Neste artigo, teremos esta questão em atenção. Portanto, uma primeira abordagem da incidência deste processo social nos Açores terá, necessariamente, de passar pelas estatísticas oficiais, baseados no rendimento dos indivíduos, considerando que são os dados disponíveis para grandes volumes populacionais

e para vários anos (o que permite uma análise evolutiva deste processo). Assim, em ordem a estabelecermos a centralidade do problema da pobreza nos Açores, mobilizamos dados de duas fontes. Branco e Gonçalves (2001)³ e Farinha Rodrigues (2009)⁴. Os primeiros permitem-nos apresentar um panorama da situação na década passada, enquanto que o segundo apresenta os dados mais recentes sobre a pobreza nos Açores, vista através da óptica dos rendimentos⁵.

³ Os resultados de Branco e Gonçalves têm como base o Painel dos Agregados Familiares da União Europeia (1994 a 1997).

⁴ Por sua vez, os resultados de Farinha Rodrigues (2009) têm como ponto de partida o Inquérito às Despesas das Famílias (IDEF 2005/2006).

⁵ Chamamos a atenção para as dificuldades de comparabilidade entre os dois trabalhos apresentados, dado que os autores partem de bases de dados distintas e apresentam metodologias de cálculo próprias.

TABELA 1

Distribuição da população pobre por Regiões (NUT2), em %, de 1994 a 1997

Regiões	1994	1995	1996	1997
Norte	22,5	26,0	21,9	25,2
Centro	29,2	32,0	32,6	29,4
Lisboa e Vale do Tejo	12,9	12,0	12,5	15,8
Alentejo	29,1	30,9	27,6	25,9
Algarve	33,9	36,1	34,4	34,3
Açores	34,1	41,2	41,8	38,7
Madeira	35,7	39,6	40,2	42,3
Portugal	22,5	23,4	22,1	23,8

FONTE: BRANCO e GONÇALVES, 2001.

De acordo com os dados disponíveis na TABELA 1, podemos observar que os Açores apresentaram sempre uma elevada taxa de pobreza, entre um terço e dois quintos da população residente, variando consoante o ano em causa. No período em análise, é sempre a mais alta ou a segunda mais alta das várias regiões portuguesas, próxima da taxa da Madeira e da do Algarve e muito distante de Lisboa e Vale do Tejo, de longe, a região menos pobre do país.

TABELA 2

Distribuição da população pobre por Regiões (NUT2), em %, de 1994 a 2005

Regiões	1994	2000	2005
Norte	15,4	18,6	19,3
Centro	21,7	21,4	16,2
Lisboa e Vale do Tejo	16,6	10,9	12,2
Alentejo	25,8	22,8	16,6
Algarve	17,6	23,6	13,4
Açores	31,0	35,3	21,2
Madeira	30,4	32,5	19,3
Portugal	18,3	18,5	16,4
Desvio da RAA à média	-12,7	-16,8	-4,8

FONTE: FARINHA RODRIGUES, 2009.

O trabalho de Farinha Rodrigues, com dados mais recentes, permite perceber, no que aos Açores respeita, uma redução significativa do peso da pobreza, tendo-se fixado num valor de 21,2% em 2005, último número conhecido para a Região. Mesmo considerando que continua a ser a mais elevada de entre as várias regiões do país, note-se que o desvio em relação à média nacional, acima apresentado, diminuiu para um terço do seu valor inicial, entre 2000 e 2005.

Estes dados contudo, não reflectem os efeitos da actual crise económica, especialmente sentidos depois de

2008. Aliás, neste momento, estão por publicar, em Portugal, os primeiros estudos que incorporam estes efeitos. Estamos longe de ter dados oficiais recentes e, mais ainda, especificamente sobre os Açores.

De qualquer forma, os números disponíveis mostram a persistência da pobreza no tempo e, também, que ela afecta um número significativo de açorianos, sendo, por isso, sociologicamente relevante. Estes dados, aliás, apelam claramente para a relevância política, social e mediática deste processo social na RAA. A pobreza é, pois, um problema central nos Açores.

2. POBREZA, EMPREGO E DESEMPREGO

A percepção do que é a pobreza está, muitas vezes, associada à ausência de emprego e ao rendimento que este proporciona. Esse raciocínio, considera que os pobres são desempregados, pensionistas, ou outros indivíduos que, por motivos vários, não se encontram a trabalhar.

Contudo, a ligação entre pobreza e emprego não é linear, existindo uma figura, a do *working poor*, ou trabalhador pobre, que associa trabalho com pobreza. A situação açoriana parece ser, justamente, a de uma relação fraca entre pobreza e desemprego.

Neste sentido, a taxa de desemprego nos Açores, relativa ao primeiro trimestre de 2005, apresentava um valor

de 3,4% quase metade do valor homólogo no continente, 7,5% (INE, 2005 e SREA, 2005). De notar que este é o ano dos dados mais recentes sobre a pobreza no arquipélago, pelo que se usa a taxa de desemprego desse ano para comparação⁶.

Quer dizer, a taxa de desemprego dos Açores é mais baixa do que a média nacional e a taxa de pobreza mais alta, em ambos os casos as diferenças

⁶ Em 2010 (3.º trimestre), a taxa de desemprego foi de 6.6%, sensivelmente o dobro da de 2005 (SREA, 2010) e, para o conjunto do país, foi de 10.9%, para o mesmo período (INE, 2010).

à respectiva taxa nacional podem ser consideradas significativas.

Conclui-se, pois, que a pobreza nos Açores, enquanto problema social e político, não se encontra significati-

vamente associada ao desemprego, dado que este é relativamente baixo na Região, em relação ao continente e ao total nacional⁷, ao contrário da taxa de pobreza, que é alta.

3. OS AÇORES EM CONFRONTO COM AS ILHAS

Quando se fala nos Açores tende a tomar-se por uma realidade uma algo que é fragmentado, escondendo-se por detrás dessa designação importantes diferenças entre as várias ilhas, na orografia, na dimensão, e até na vegetação. A esta diversidade territorial, corresponde uma diversidade demográfica, social, económica, simbólica, cultural e até política. Tenha-se em atenção, especialmente, que o peso demográfico e económico de S. Miguel influencia de forma tão decisiva as estatísticas relativas à Região que a tudo impõe o seu padrão, mesmo quando as contradições entre ilhas são violentas, como é o caso dos indicadores de envelhecimento ou das taxas de natalidade (ROCHA, 1991 e 2009: 401 e ss).

Neste sentido, para perceber a pobreza nos Açores é necessário ter em consideração as diferenças entre as várias ilhas.

Assim, à falta de melhores dados, recorreremos aos do Rendimento Social de Inserção, RSI, sabendo que estes dados não compreendem todas as pessoas em situação de pobreza, quer

porque a prestação máxima per capita fica abaixo do limiar de pobreza, quer porque nem todos os indivíduos em condições de a receber a recebem, efectivamente. Contudo, permitem-nos realizar uma aproximação ao processo social da pobreza.

Neste sentido, o primeiro dado importante, respeita ao peso dos beneficiários açorianos na população residente, em comparação com os distritos do continente e com a Madeira (CR-RSI, 2010). Os Açores são, de longe, a unidade territorial em que os beneficiários têm um maior peso no total da população residente, com 8,1%. Comparativamente, o distrito do Porto apresenta um valor de 7,41%, sendo que estas duas unidades territoriais se destacam, claramente, de todas as outras. Não obstante, a prestação média por beneficiário é, nos Açores, a mais baixa do país, com

⁷ Isto não significa que não devam existir medidas específicas para os desempregados, considerando que estes pertencerem a uma categoria social especialmente vulnerável a esta situação.

69,61 €, enquanto que a do Porto é a mais alta, com 95,71 €, uma diferença substancial. De qualquer forma, os dados em causa, respeitantes a Outubro de 2010, indiciam a persistência

da maior gravidade relativa da situação nos Açores, por comparação com outros locais do país, o que se compara com os dados sobre a pobreza no arquipélago, acima apresentados.

TABELA 3
Distribuição da população beneficiária do RSI por ilha, em %, comparada com a população residente

Ilhas	A	B	C	D
Santa Maria	2,27	8,09	2,27%	0
S. Miguel	67,44	10,17	54,73%	12,71
Terceira	20,03	7,12	22,79%	-2,76
Graciosa	1,39	5,75	2,01%	-0,62
S. Jorge	2,67	5,47	3,85%	-1,18
Pico	3,26	3,00	6,07%	-2,81
Faial	2,24	4,30	6,39%	-4,15
Flores	0,55	2,75	1,69%	-1,14
Corvo	0,15	7,06	0,20%	-0,05
Açores	100	8,21	100,00%	0

FONTES: CR-RSI (2010) e SREA (2010b), N = 19847.

LEGENDA: A, percentagem de Beneficiários; B, percentagem de beneficiários na população residente; C, percentagem da população residente; D, (A-C), desvio do número de beneficiários por ilha em relação à população residente por ilha, em %.

Observando os dados para as diversas ilhas, pode-se verificar, na TABELA 3, que S. Miguel reúne dois terços do total de beneficiários do arquipélago, correspondendo a quase 11% da sua população residente. Este dado representa o único caso em que uma ilha está acima da média regional, na percentagem de população residente abrangida pela medida (coluna B). Além disso, em mais nenhuma ilha

se atinge o valor dos dois dígitos, neste indicador. Em contraste, várias ilhas apresentam valores muito abaixo da média regional. Neste sentido, destaque-se Pico, Faial e Flores, que se comportam quase como um outro arquipélago.

Complementarmente, observa-se que S. Miguel se apresenta como a única ilha que tem um peso proporcionalmente maior da população de benefi-

ciários, em relação à população residente (coluna D).

Quer dizer, falar de pobreza nos Açores é falar de uma realidade bastante

distinta entre as várias ilhas e é, sobretudo, um problema que afecta a ilha de S. Miguel, quer em valor absoluto, quer em valor relativo.

CONCLUSÃO

Dados de outros estudos (ROCHA *et al.*, 1995, MEDEIROS, 2002 e 2004, DIOGO, 2007 e 2010) parecem indicar que existe uma importante fractura nos Açores entre os valores da tradição e os da modernidade e pós-modernidade. Esta fractura parece estar associada à questão das classes sociais, com os indivíduos que se estruturam e vivem em função dos valores tradicionais pertencendo às classes mais baixas, enquanto que os que se regem pelos valores modernos e pós-modernos se enquadram nas classes mais privilegiadas.

Neste sentido, a pobreza nos Açores pode ser algo mais do que uma questão meramente monetária, podendo estar associada a modos de vida distintos, de onde destacamos, em função de estudos anteriores (DIOGO, 2007), a forma de organizar e viver a

vida familiar, a apropriação da escolaridade e o relacionamento com o trabalho, sobretudo das mulheres.

Os dados e as reflexões ora apresentados, mais não são do que uma caracterização geral, permitindo, é certo, uma primeira aproximação a este processo social, mas, ao mesmo tempo, mostrando que, se queremos compreender a pobreza nos Açores, precisamos de aprofundar mais as componentes acima apresentadas, associadas aos modos de vida em situação de pobreza, sem esquecer as desigualdades territoriais, entre ilhas.

Por sua vez, será esta compreensão que permitirá aumentar a eficácia do combate à pobreza, quer através do Estado, quer através das ONG, associações que enquadram boa parte dos voluntários existentes no arquipélago.

BIBLIOGRAFIA

ACCARDO, Alain (1991), *Initiation à la sociologie: L'illusionnisme social – Une lecture de Bourdieu*, Bordeaux, Le Mascaret, (ed. reformulada, 1.ª ed, 1983).

BRANCO, Rui e GONÇALVES, Cristina (2001), “Exclusão Social e pobreza(s) em Portu-

gal: uma primeira abordagem aos dados do Painel dos Agregados Familiares da União Europeia (1994-1997)”, in *Conferência Internacional, o Modelo Latino de Protecção Social*, ISEG, Setembro in www.ine.pt.

- BÜHLER-NIEDERBERGER, Doris (2010a), “Childhood Sociology: Defining State of the Art and Ensuring Reflection”, *Current Sociology*, Vol. 58, n.º 2, March, pp. 155-164.
- Coordenação Regional do RSI (CR-RSI) (2010), *Síntese Mensal de Outubro de 2010*, Ponta Delgada, Instituto de Acção Social, Policopiado.
- D’AGOSTINO, Serge e DUVERT, Nicole (2008), *La pauvreté*, Rosny, Bréal.
- DAIMOND, Jared (2006), *The Third Chimpanzee: The Evolution and Future of the Human Animal*, New York, Harper Perennial.
- DIOGO, Fernando (2005), “A pobreza nos Açores: dos lugares comuns aos factos”, in *Congresso da Cidadania, Caderno n.º 1*, S.L., Gabinete do Ministro da República para os Açores, pp.73/93.
- DIOGO, Fernando (2007), *Pobreza, Trabalho, Identidade*, Oeiras, Celta.
- DIOGO, Fernando (2010), “Capítulo 5. Atitudes e valores face ao trabalho e ao emprego” in GONÇALVES, Rolando Lalanda (Coord.); DIOGO, Fernando; DIOGO, Ana; PALOS, Ana Cristina e CALDEIRA, Suzana, *Os jovens açorianos: percursos escolares e profissionais*, Relatório final, Ponta Delgada, Centro de Estudos Sociais da Universidade dos Açores, policopiado.
- FARINHA RODRIGUES, Carlos (2009), “5. Distribuição do rendimento, desigualdade e pobreza na região dos Açores e avaliação do impacto da política social: o caso do RSI”, in GUERRA, Isabel; RODRIGUES, Carlos Farinha; DIOGO, Fernando; MADRUGA, Paulo e ANTUNES, Maria José Lobo (2009), *Vulnerabilidades e potencialidades da coesão social nos Açores: análise de 10 anos de percursos de inclusão social (RMG/RSI)*, Lisboa, CET-ISCTE (policopiado).
- GUERRA, Isabel; RODRIGUES, Carlos Farinha; DIOGO, Fernando; MADRUGA, Paulo e ANTUNES, Maria José Lobo (2009), *Vulnerabilidades e potencialidades da coesão social nos Açores: análise de 10 anos de percursos de inclusão social (RMG/RSI)*, Lisboa, CET-ISCTE (policopiado).
- INE (2005 e 2010), *Principais indicadores* http://www.ine.pt/xportal/xmain?xlang=pt&xpgid=ine_main&xpid=INE acedido a 22 de Dezembro de 2010.
- MEDEIROS, Octávio (2002), *Espaços de identidade e memória: a prática religiosa dos açorianos*, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada.
- MEDEIROS, Octávio (2004), *Os trilhos da fé: práticas e representações religiosas em S. Miguel*, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada.
- Ogien, Ruweu (1983), *Théories ordinaires de la pauvreté*, Paris, PUF.
- ROCHA, Gilberta (1991), *Dinâmica populacional dos Açores no século XX: unidade, permanência, diversidade*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores.
- ROCHA, Gilberta (2009), “O crescimento da população e os novos destinos da emigração (1895-1976)” in MATOS, Artur Teodoro; MENEZES, Avelino de Freitas e LEITE, Guilherme Reis (dir.), *História dos Açores*, Angra do Heroísmo, IAC, pp. 401-436.
- ROCHA, Gilberta; SANTOS, Amélia e TOMÁS, Licínio (2005), *Entre Margens. Percursos para uma Vida Activa*, Ponta Delgada, Direcção Regional da Juventude, Emprego e Formação Profissional, Universidade dos Açores - Centro de Estudos Sociais.

- SREA (2005 e 2010), “Principais indicadores estatísticos”, http://estatistica.azores.gov.pt/Conteudos/Relatorios/detalhe_relatorio.aspx?idc=308&lang_id=1 acedido em 21 de Dezembro de 2010.
- SREA (2010b), *Estimativas da população residente (2009)*, in <http://estatistica.azores.gov.pt:81/ReportServer/Pages/ReportViewer.aspx?/Demografia/Estimativas+da+Popula%u00e7%u00e3o+Residente&rs:Command=Render> acedido em 22 de Dezembro de 2010.
- SREA (2010b), *Estimativas da população residente (2009)*, in <http://estatistica.azores.gov.pt:81/ReportServer/Pages/ReportViewer.aspx?/Demografia/Estimativas+da+Popula%u00e7%u00e3o+Residente&rs:Command=Render> acedido em 22 de Dezembro de 2010.
- Decreto-Lei n.º 70 de 2010 de 16 de Junho, *Diário da República*, 1.ª série, n.º 115, pp. 2081-2089.